

Cristiane Negreiros Abbud Ayoun, *Iluminação trinitária em Santo Agostinho*. Paulus, S. Paulo 2011, 191 p.; ISBN 978-85-349-3209-7.

Como a autora informa no início, esta obra é a adaptação, com vista a publicação, da investigação que levou a efeito na sua dissertação de doutoramento, título que obteve em 2007, na Universidade de S. Paulo. Trata-se de um estudo que pretende analisar o conceito de “iluminação” em Agostinho de Hipona, sobretudo nos comentários ao Livro do *Génesis*. Por este motivo, a obra visa uma análise de três obras e de um texto de referência, no conjunto daqueles que Agostinho dedica a comentar o livro bíblico das origens. Por conseguinte, o estudo da autora visa principalmente os três comentários ao *Génesis* – *Comentário ao Génesis contra os maniqueus*, *Comentário literal ao Génesis, inacabado*, Livros X, XI e XII das *Confissões* e *Comentário literal ao Génesis* (p. 24) – orientando a sua análise segundo o princípio heurístico da iluminação para uma compreensão da obra da criação segundo Agostinho, para quem efetivamente tal princípio adquire uma operatividade específica no que diz respeito ao criacionismo que defende.

Do ponto de vista da autora, para Agostinho o princípio da iluminação é eficaz «para compreender a ação divina em todas as criaturas e ganha maior complexidade ao considerar o homem» (p. 17). De facto, a autora entende poderem ser abrangidas pelo princípio de iluminação a resposta a um amplo elenco de questões: «por exemplo, quanto ao conhecimento humano, em que medida ele é causado pelo homem? Ou dependeria da ação divina? E a escolha? E o homem é livre? É exclusivamente automotivado ou recebe algum parâmetro ou motivo divino? Mais radicalmente, poderíamos perguntar pelo facto de o homem existir: ele é tal como é devido ao que conhece e ao que escolhe? Ou o homem foi criado por Deus com uma natureza que comporta alguma mudança preestabelecida? Em todos estes contextos, Agostinho utiliza a ampla terminologia derivada e referente à “luz”, com variações muito bem elaboradas e distribuídas pela vasta obra do autor» (p. 17).

A autora afirma ter consciência da abrangência do tema e por isso informa que o subscreverá a três domínios de leitura: «a fim de confirmar o alcance físico, lógico e ético da iluminação, investigamos a

iluminação nos corpos e nos homens, através da semelhança que a iluminação imprime neles. A iluminação do ser, ou iluminação física, recebe sentido ontológico (...) [enquanto] a iluminação no conhecimento e na vontade devemos examiná-la nos homens» (p. 26). Segundo a autora, o debate promovido ao longo sobretudo da segunda metade do século XX sobre a iluminação teria incidido apenas sobre o domínio epistemológico do conceito (v. p. 18; p. 22; pp. 141-142), e por isso estaria em falta o estudo mais amplo, que pretende levar a cabo na presente obra. A autora acrescenta, ainda, um terceiro elemento à estrutura desta sua obra, a saber, a interpretação do princípio da *creatio* segundo o modelo trinitário, que ocorre efetivamente, na obra de Agostinho. Fica, assim, de algum modo justificado o conceito que ocorre no próprio título desta obra “iluminação trinitária”.

O leitor confronta-se, por conseguinte com um estudo que pretende analisar, à luz do princípio heurístico da iluminação, a conceção criacionista de Agostinho, tal como exposta nas obras antes referidas, sendo o princípio criador, em Agostinho, explicado a partir de um modelo trinitário, e o princípio de iluminação expandido por todos os modos de ser, justificando uma análise nos domínios que a autora designa por ontológico, epistemológico e moral. É esta estrutura que verificamos na divisão interna desta obra de Abbud Ayoun. Contendo alguns aparatos, que mais adiante referiremos, este estudo divide-se em cinco capítulos, seguidos de uma conclusão, deste modo: I. A iluminação divina no homem: considerações preliminares (pp. 17-27); II. Primeira interpretação do relato bíblico da criação. O *Comentário ao Génesis contra os maniqueus* (pp. 28-52); III. Segunda interpretação: O *Comentário literal ao Génesis*, inacabado (pp. 53-72); III. Terceira interpretação: As *Confissões* (pp. 73-100); IV. Quarta interpretação: o *Comentário Literal ao Génesis* (pp. 101-162); V. Conclusão (pp.163-165). Em cada um dos capítulos, a autora glosa o texto de Agostinho que se propõe comentar, organizando a sua análise de acordo com os domínios preestabelecidos: corpos (física/ontologia), o homem (epistemologia e moral). No que se refere ao primeiro aspeto, a autora esclarece o conceito de “matéria”, em Agostinho. Trata-se de um conceito que envolve alguma complexidade e que a autora contribui para esclarecer, nomeadamente ao sublinhar os diferentes modos de Agostinho conceber a matéria – *materia mundi* (p. 58), *materia informis* (pp. 58-62), *materia fabricabilis* (pp. 62-63). No que se refere à análise

que a autora faz sobre a relação entre *creatio-inluminatio* e a natureza do homem, evidenciamos a atenção que presta ao conceito agostiniano de imagem quer na trindade divina, quer no seu efeito, a mente humana. A autora analisa as diferenças estabelecidas por Agostinho entre os conceitos de imagem, semelhança e igualdade (pp. 65-70), que são fundamentais para compreender o modo como o hiponense concebe a imagem em Deus, a semelhança nas criaturas em geral e a imagem no homem (pp. 70-71).

Dos comentários de Agostinho, a autora presta maior atenção à doutrina do *Comentário Literal ao Génesis em Doze Livros*, como seria de esperar, dado que este é o comentário no qual o próprio Agostinho expõe o seu pensamento maturado. Assim, no capítulo IV, começa por prestar atenção à questão da criação do mundo nas ideias divinas, tal como Agostinho o posiciona quer neste comentário, quer na obra *De diversis quaestionibus octoginta tribus*, nomeadamente na q. 46, *De ideis* (pp.109-116), concluindo, com Agostinho, que «as razões das criaturas estão prioritariamente no Filho, sinónimo de sabedoria ou Verbo» (p. 116). Seguidamente, analisa o modo como Agostinho descreve o processo de criação nos primeiros livros do seu *Comentário Literal*, enfatizando os elementos principais desse processo que são a luz e a conversão. O tema fora já tratado quer por Madec, quer por Vannier, em textos que a autora conhece e refere oportunamente. Esta análise permite-lhe mostrar como, para Agostinho, o ser humano pode estabelecer relação com o seu Princípio, mediante a visão: «para Agostinho, a alma racional vê as ideias, ao contrário da alma irracional, naturalmente cega para a visão» (p. 126). A autora mostra ainda como esta visão se equaciona com o problema da conversão, envolvendo a vontade humana: «Para Agostinho, não bastam olhos para ver, tampouco razão (*mens*) para entender. A visão das ideias proporcionada pela iluminação divina da razão humana requer a adesão voluntária do homem à Luz e portanto a presença plena (e moral), daquele que recebe a iluminação depende da vontade humana e somente assim a Luz é percebida» (p. 126). Segue-se, no comentário da autora, uma glosa do texto do Livro XII do *Comentário Literal ao Génesis em Doze Livros*, onde Agostinho distingue os modos de visão – corporal, espiritual e intelectual – e mostra qual deles é adequado para a visão das realidades inteligíveis (pp. 130-131). Dois subcapítulos terminam este cap. IV., um primeiro, designado “iluminação e moral” (pp. 131-151), e um segundo

intitulado “medida, número e peso” (pp.151-162), interpostos por uma breve reflexão sobre “o repouso final” (pp. 149-150). No primeiro, a autora explora a relação entre iluminação e as opções da vontade humana, em conformidade com a luz ou contrárias a ela. De modo particular, a autora analisa o movimento do pecado do homem primitivo (Adão e Eva) e o da natureza humana pós lapsária. No segundo, centrando-se no comentário de Agostinho à citação bíblica de *Sabedoria* 11, 21 («omnia in mensura et numero et pondere disposuisti»), mostra a articulação entre o princípio trinitário da criação e as semelhanças dele, implementadas nas criaturas. A autora conclui a sua obra em duas breves páginas, que contêm um resumo das doutrinas expostas ao longo do estudo. A obra contém ainda *Referências Bibliográficas* (pp. 166-177), um conjunto de *Apêndices* (A. Cronologia das obras de Agostinho, pp. 176-183; B. Tabelas das semelhanças e imagens trinitárias, pp. 184-187; C. Tabela de similitudes II [na realidade, um subconjunto de B.], pp. 188-189), e um *Índice Geral*.

Numa apreciação geral deste estudo, diríamos que se trata de um labor feito com dedicação e que tem o principal mérito de analisar alguns conceitos-chave presentes na obra de Agostinho, nomeadamente no que se refere à sua filosofia e teologia criacionistas. A leitura e análise dos principais comentários de Agostinho ao livro bíblico das origens é uma mais-valia que a autora disponibiliza ao público lusófono, tanto mais que se trata de obras que envolvem alguma complexidade temática e que os estudos a propósito, ao menos em língua portuguesa, não são abundantes. A ênfase colocada naquilo que a autora designa por “iluminação trinitária” reveste-se também de algum interesse, sobretudo no que se refere à análise feita quer da obra da criação, mediante o princípio de imagem, quer dos seus efeitos nas criaturas, mediante os diferentes modos de “iluminação”. Todavia, e não obstante o leitor externo, e alheio ao processo de geração de um estudo como este, dever ponderar a justeza do seu comentário, deixaria algumas notas que me foram suscitadas pela leitura desta obra de Abbud Ayoun.

A eficácia do princípio hermenêutico que é ponto de partida da autora – a ampliação da doutrina da iluminação a três domínios, físico (ontológico, na interpretação da autora), logico-epistemológico e moral – coloca-nos algumas dificuldades. De facto, esta tripartição de saberes, de matriz platónica e assim referida por Agostinho, não é totalmente

conforme a mente do hiponense. O facto causa alguma dificuldade hermenêutica à própria autora (que compreende a assimilação dos três domínios numa reflexão de carácter metafísico, em Agostinho: v. g., pp. 141-142), sendo, a meu ver, muito contestável a existência de uma moral propriamente dita, em Agostinho. Há sim uma exposição fundamental sobre os fins de um modo de ser, o humano, e o acordo de um modo de vida, humana, em função desses fins, a um tempo finais e originários (a autora trata de algum modo estes tópicos, v. g., em “Iluminação e moral”, pp. 131-149). Por sua vez, a aplicação do princípio heurístico da iluminação aos três domínios nos quais a autora quer verificar a sua eficácia, mais do que uma “doutrina da iluminação trinitária”, dá lugar a uma metafísica da luz, cujos contornos este estudo deixa entrever, mas que gostaríamos de encontrar mais delineados. Os aspetos dessa metafísica, alguns dos quais a autora sublinha e que antes evidenciamos no nosso comentário, são por demais decisivos na obra de Agostinho e terão algum impacto nas metafísicas de cariz agostiniano que a Idade Média irá produzir, nomeadamente as ligadas à Escola de S. Vitor e mais tarde à escola franciscana. A presença de uma metafísica da luz em Agostinho não tem sido, a nosso ver, devidamente valorizada pelos comentadores, sendo este um aspeto interessante do estudo em presença. Efetivamente, o ocidente medieval valorizou sobretudo o aspeto da doutrina agostiniana da linguagem, mediante o princípio da criação no Verbo e da linguagem baseada nos signos linguísticos, como Agostinho a expõe, por exemplo, em *De magistro*. Contudo, a metafísica da luz está presente na sua obra e este estudo constitui-se como um ponto de partida para explorar com maior detalhe e profundidade os conceitos implicados nessa metafísica, bem como as suas consequências, quer na constituição da mundividência agostiniana, quer na compreensão da influência que ela teve na Idade Média e no Renascimento. A doutrina de Agostinho é aqui sem dúvida devedora dos Padres orientais, tendo a autora referido a influência no hiponense de S. Basílio, por via de Ambrósio, merecendo esta relação de dependência eventualmente uma maior exploração e avaliação. Por seu turno, toda a metafísica da criação em Agostinho contém elementos essenciais na sua dissociação quer do maniqueísmo, quer do neoplatonismo plotiniano (a autora aflora brevemente este último aspeto, sobretudo nas pp. 109-116, ao expor a doutrina agostiniana das ideias). Achamos em falta, por isso, uma conclusão mais rica de

conteúdos, na qual tivesse havido lugar para uma maior colheita dos elementos semeados ao longo do estudo, por um lado, e, por outro, uma reflexão sobre as consequências da metafísica da luz agustiniana dentro da mundividência do hiponense – por exemplo, em torno da sua escatologia – e na sua projeção ulterior.

No que se refere aos instrumentos de trabalho, o estudo revela um conhecimento dos principais textos e autores que trataram quer a temática específica da doutrina da iluminação em Agostinho (a autora faz uma breve síntese do estado da arte, no capítulo I, pp. 17-26), quer a temática da criação. Todavia, a compilação bibliográfica, que apresenta nas pp. 166-175, merece-nos alguns reparos quer formais, quer materiais. Do ponto de vista formal, verifica-se que os estudos e edições de texto que refere, na grande maioria e salvo raras exceções, se detêm em 1999-2000. No que refere aos estudos, sentimos por isso em falta obras v. gr. como a tese doutoral de E. Bermon, *Le cogito dans la pensée de Saint Augustin* (Paris, 2001) por exemplo, ou, ainda dos anos 90, a obra de S. T. Georgiou, *The last transfiguration: the quest for spiritual illumination in the life and times of Saint Augustine* (Michigan, 1994) e, mais recentemente, a obra de L. Schumacher, *Divine Illumination. The History and Future of Augustine's Theory of Knowledge* (Oxford, 2011).

No que se refere às edições de obras de Agostinho, seria eventualmente de adotar a distinção académica entre “obras de referência”, onde as edições críticas latinas seriam elencadas, e “traduções”, clarificando o critério para a indicação destas últimas. De contrário, não é claro nem quais as edições latinas usadas no estudo, nem por que razões se referem as traduções indicadas. Nomeadamente no que se refere a estas últimas, novamente sentimos a falta de algumas edições recentes, bilingues, publicadas em português e anotadas – o caso das publicações das *Confissões* (2000), do *Diálogo sobre o livre arbítrio* (2000) e do *Diálogo sobre a ordem* (2001), INCM, Lisboa –, ou, no caso de edições em outros idiomas, novamente notamos v. g. a ausência da referência à excelente obra de E. Bermon, *La signification et l'enseignement* (Paris, 2007), que contém uma edição amplamente comentada de *De magistro*.

Paula Oliveira e Silva  
IF-GFM